

“DA CRIMINOSA À MÃE”
UM ESTUDO ACERCA DO PERFIL DAS
GRÁVIDAS PRESAS NO ESTADO DO
ACRE



• RESUMO

O presente estudo apresenta resultados de uma pesquisa realizada no período de pouco mais de três semanas nas unidades prisionais que encontravam-se as mulheres cis e trans do Estado do Acre. Com o objetivo de retirar invisibilidades, demonstrar o perfil jurídico-social e compreender as vivências de gestantes reclusas nas três unidades prisionais femininas do Estado, foram analisados os dados sistematizados a partir da aplicação de questionários estruturados, de entrevistas semiestruturadas e dos relatos etnográficos obtidos através dos cadernos de campo com todas as grávidas encarceradas. A pesquisa ocorreu em julho de 2021, com o apoio da Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado e com as devidas autorizações do IAPEN- Instituto de Administração Penitenciária do Acre, cuja proposta neste estudo para além de expor os dados é também humanizar essas mulheres, em sua maioria jovens negras.



Palavras Chave: Acre - Mulheres encarceradas - Gravidez na prisão

Abstract: This study presents the results of a research conducted over a period of a little more than three weeks in the prison units where cis and trans women are found in the state of Acre. Its objectives were to remove invisibilities, demonstrate the socio-legal profile, and understand the experiences of pregnant women inmates in the three female prison units in the state. To this end, the data were analyzed and systematized from the application of structured questionnaires, semi-structured interviews and ethnographic reports obtained through field notebooks, with all pregnant prisoners. The research took place in July 2021, with the support of the Ombudsman of the State Public Defender's Office and the necessary authorizations from IAPEN- Institute of Penitentiary Administration of Acre. It is important to emphasize that the purpose of this study, in addition to exposing data, is to humanize these women, most of whom are young black women.

Resumen: Este estudio presenta los resultados de una investigación realizada durante poco más de tres semanas en las unidades penitenciarias donde se encuentran mujeres cis y trans en el estado de Acre. Sus objetivos fueron eliminar las invisibilidades, demostrar el perfil socio-jurídico y comprender las experiencias de las reclusas embarazadas en las tres unidades penitenciarias femeninas del estado. Para ello, se analizaron y sistematizaron los datos a partir de la aplicación de cuestionarios estructurados, entrevistas semiestructuradas y reportes etnográficos obtenidos a través de cuadernos de campo, con todas las mujeres embarazadas en prisión. La investigación ocurrió en julio de 2021, con el apoyo de la Defensoría del Pueblo del Estado y las debidas autorizaciones del IAPEN - Instituto de Administración Penitenciaria de Acre. Es importante destacar que el propósito de este estudio, además de exponer los datos, es humanizar a estas mujeres, la mayoría de las cuales son jóvenes negras.

Keyword: Acre- Incarcerated Women - Pregnancy in Prison

Palabras llave: Acre - Mujeres encarceladas - Embarazo en prisión

• APRESENTAÇÃO

Esse relatório é a primeira publicação técnica da Associação e também o primeiro produto de pesquisa feita junto a mulheres encarceradas no Acre, e também é fruto da primeira pesquisa oficial realizada por nós. Esse movimento surge da necessidade de ampliação e reprodução dos conhecimentos adquiridos nas atividades realizadas intramuros, uma vez que a Associação hoje consegue combinar o acesso a esse ambiente que nos mobiliza com o desenvolvimento de ações para o fomento de conhecimento sobre esses indivíduos, ou seja, além da promoção de conhecimento, a Associação passa a ter uma frente de produção de conhecimento.

Para todos aqueles que fazem pesquisa no âmbito da justiça criminal, a entrada no campo é um fator de preocupação constante, pelas dificuldades de autorização em tempo hábil para realização da pesquisa e/ou por questões políticas que os mu-

ros das prisões guardam. A realização dessa pesquisa só foi possível devido a parceria com a Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado do Acre, que na pessoa de sua Ouvidora, Solene Costa, além de conseguir as autorizações, participou da visitação às unidades de Cruzeiro do Sul e Tarauacá, auxiliando também no suporte para locomoção para a cidade de Rio Branco. Assim estendemos mais uma vez nossos agradecimentos.

O relatório “Da Criminosa à Mãe”: Um estudo etnográfico acerca do perfil das grávidas presas no Estado do Acre” abre uma série de reflexões da instituição sobre a situação de mulheres em cumprimento de pena no Acre. Novas publicações, não apenas sobre a pesquisa no estado, e sobre diferentes questões que atravessam o aprisionamento feminino serão publicadas.

Aguardamos por vocês no site da Associação Elas Existem- Mulheres Encarceradas para acompanhar nossas produções.



• INTRODUÇÃO

O ano de 2015, foi um divisor de águas para pesquisadores e estudiosos da temática do encarceramento feminino, bem como o aumento das discussões sobre o superencarceramento no Brasil. Em 5 de novembro de 2015, através do lançamento do primeiro relatório nacional sobre a população penitenciária feminina do país, o INFOPEN Mulheres¹ - com dados sistematizados no período de junho de 2014 - que foi divulgada a informação acerca do aumento entre os anos de 2000 à 2014 da população penitenciária feminina em 567% em 14 anos, subindo de 5.601 para 37.380, um crescimento alarmante pelo período de tempo.

Em março de 2016, poucos meses após o lançamento do relatório, na cidade do Rio de Janeiro, nasceu a Associação Elas Existem - Mulheres Encarceradas, uma organização sem fins lucrativos manifestadamente feminista interseccional, anti-punitivista, abolicionista penal e com o objetivo e finalidade de atuar em prol das mulheres cisgênero e transgênero que compõe o sistema penitenciário e das adolescentes cisgênero e transgênero do sistema socioeducativo feminino.

Ao longo dos últimos cinco anos a Associação passou a realizar atividades dentro dos espaços de privação de liberdade, atividades em territórios de favelas e em espaços acadêmicos, tendo como a promoção de conhecimento uma bandeira de



Gráfico 1

extrema importância para a organização, que atualmente, possui como uma das estratégias de divulgação e ampliação do conhecimento, dois grupos de leituras: *Leiam Mulheres Negras Elas Existem e Perspectivas LGBTQ+ a partir do Pajubá*.

Dessa forma, esse trabalho é parte da pesquisa realizada no período de 4 à 26 de julho de 2021 no estado do Acre, nas cidades de Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Tarauacá, locais que possuem unidades prisionais femininas no estado. Foram ouvidas 14 mulheres trans, 62 mulheres cis, 3 diretores de unidades prisionais, 5 coordenadores de segurança, 1 defensor público e 1 promotor de justiça.

Assim como compreende a autora Ana Gabriela Braga (2014), também não enxergamos a referida pesquisa etnográfica na sua forma mais densa, como Geertz (1978) define. Também percebemos nossa incursão muito superficial, pontual e limitada. Contudo, apesar do curto período dentro das unidades prisionais, foi um prazo suficiente para fazer a ligação da Criminologia Cultural com a Etnografia para enxergar as mulheres para além das grades, uma forma de humanizá-las e entender as questões que vão para além dos atos que as levaram para esse espaço de privação de liberdade.



• PESQUISA

Diante da problemática apresentada acerca do aumento das mulheres encarceradas no Brasil, para além de um recorte de gênero, o cenário ressaltou também o recorte de raça com os números do encarceramento feminino de mulheres negras e pardas. Com isso, a informação que no estado do Acre em 2014, 100% de mulheres encarceradas eram de pretas ou pardas, bem como em 2016, que o efetivo de mulheres encarceradas negras ou pardas era de 97%², fez com que nossa atenção estivesse

UNIDADE	CAPACIDADE	EM PRIVAÇÃO	ETNIA		
			BRANCA	PARDA / NEGRA	NÃO INFORMADO
URFF	96	281	16	235	30
UPMP	36	32	12	20	0
UPMNS	36	26	0	23	3

Tabela 1 - URFF (Unidade de Regime Fechado Feminina de Rio Branco)
UPMP (Unidade Penitenciária Moacir Prado - Tarauacá)
UPMNS (Unidade Penitenciária Manoel Néri da Silva - Cruzeiro do Sul)

se voltada também para esse estado que até os dias atuais briga e luta para demonstrar sua existência.

Através dos dados quantitativos e qualitativos disponibilizados no site do Instituto de Administração Penitenciária do Acre (IAPEN) pôde-se observar que em dezembro de 2020, na Unidade de Regime Fechado Feminina de Rio Branco (URFF) a capacidade era de 96 mulheres e no período mencionado existiam 259, sendo 235 mulheres negras e pardas, 16 mulheres brancas e 30 sem informações quanto a etnia; na Unidade Penitenciária Moacir Prado Tarauacá (UPMP), com a capacidade para 36 mulheres, contava com 32 mulheres encarceradas, sendo 20 delas mulhe-

res negras ou pardas e 12 brancas; e por fim, a Unidade Penitenciária Manoel Néri da Silva (UPMNS) em Cruzeiro do Sul, cuja capacidade é de 36 mulheres, e contava com 26 mulheres encarceradas, sendo 23 mulheres negras e 3 mulheres sem informação quanto a raça.

Em posse dessas informações tão alarmantes quanto o efetivo carcerário e com relação à cor/etnia dessas mulheres, surgiu uma inquietação para entender um pouco mais sobre elas. A informação que o Estado estava encarcerando em proporções alarmantes as mulheres negras e pardas estava evidente nos relatórios de 2014 e 2017, bem como nos dados divulgados em dezembro de 2020, pelo próprio sistema de justiça criminal. Vimos como necessário entender quem eram essas mulheres, o que fez com que essas mulheres estivessem cumprindo alguma medida de privação de liberdade e, principalmente, o impacto da prisão na vida dessas mulheres presas no estado do Acre, observando a dinâmica social que essas mulheres estavam inseridas.

● METODOLOGIA

A referida pesquisa utilizou-se da metodologia qualitativa e quantitativa com o emprego de dois métodos: 1) entrevistas estruturadas individuais, que foram realizadas em rodadas com duas ou três presas presentes e algumas vezes na presença de policiais penais; e 2) relatos etnográficos produzidos com base na observação.

As entrevistas foram aplicadas através de um questionário contendo 55 perguntas, elaborado inicialmente pela equipe da Ouvidoria da Defensoria Pública³.

Foram iniciadas as entrevistas na cidade de Cruzeiro do Sul, a segunda maior cidade do Acre, onde encontravam-se 24 mulheres cis e 1 mulher trans encarceradas. Posteriormente, foi a unidade prisional de Tarauacá, onde se encontravam 29 mulheres cis e nenhuma trans presa. Por fim, o último espaço de privação de liberdade, na capital do estado onde encontravam-se 259 mulheres



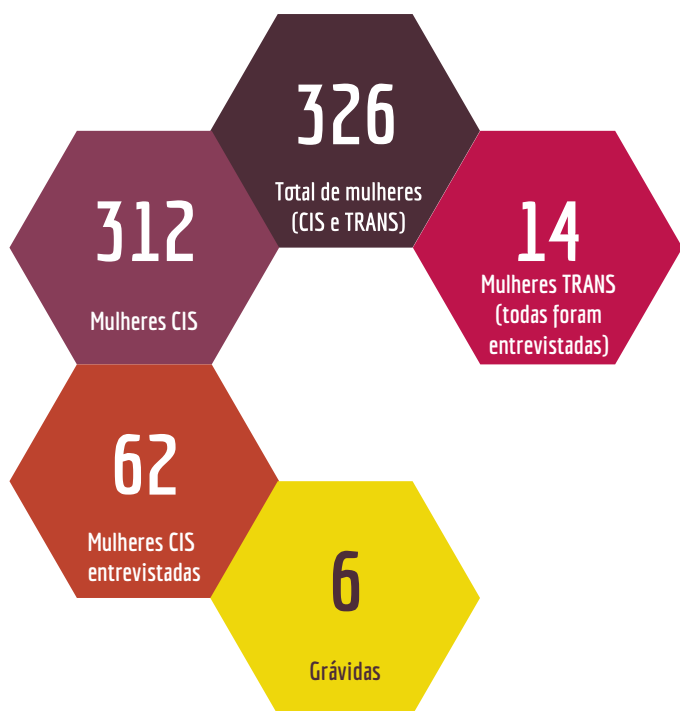


Gráfico 2

cis presas e 13 trans. Não havendo tempo hábil para ouvir de forma individualizada todas as mulheres da capital como foram ouvidas as mulheres do interior. Optando-se por ouvir todas as mulheres trans, todas as grávidas e algumas mulheres que faziam trabalho externo.

Como dito anteriormente, esse estudo é parte da pesquisa ampliada sobre as mulheres encarceradas no estado do Acre, dessa forma, das 62 mulheres cis entrevistadas, 6 encontram-se grávidas⁴, e neste grupo menor que iremos nos deter a partir daqui neste relatório.

• RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente é importante ressaltar para a apresentação dos dados obtidos na pesquisa que 9,6% das mulheres encarceradas no Acre estão grávidas e que nenhuma de-

las passou pela audiência de custódia. Assim como é importante destacar que todas demonstraram enorme ansiedade de conversar com algum operador do direito pois, até o momento das entrevistas, nenhuma delas havia conversado com o defensor público e/ou advogado particular. Além disso, todas elas eram presas provisórias.

Outro dado muito relevante é o fato que 50% delas passou por alguma violação de direitos no momento da prisão, duas delas por tortura psicológica através de xingamentos e outra por tortura física, onde relatou que levou tapas no rosto e um empurrão, além dos inúmeros xingamentos por “colar”⁵ com pessoas que eram consideradas envolvidas com organizações criminosas e/ou usuárias de entorpecentes.

Os resultados também demonstraram que 50% das grávidas possuem idade de 24 anos, 17% possuem 23 anos e 33% possuem 21 anos. Ou seja, todas as grávidas são menores de 25 anos de idade.

Com relação a etnia/cor, outro dado extremamente alarmante é que 84% eram negras ou pardas. Demonstrando assim que o racismo estrutural e institucional é também um marcador para o aumento no encarceramento de mulheres no estado do Acre.

Em relação ao nível de escolaridade das jovens, destaca-se o fato que 16,5% são analfabetas, 50% não conseguiram concluir o Ensino Básico Primário e apenas 16,5% completou o ensino fundamental. Após a infor-

mação acerca da escolaridade, foi perguntado se elas já realizaram algum curso profissionalizante e/ou já haviam trabalhado de carteira assinada, e todas elas responderam negativamente.

No que diz respeito à situação conjugal 84% estavam solteiras e não possuíam qualquer perspectiva de que o pai da criança fosse auxiliá-las após o parto. Essa mesma porcentagem reflete o número de mulheres que possuem filhos com menos de 12 anos.

A maioria dessas mulheres não recebe visitas, tendo apenas 14% a presença da sua família por perto. Conforme já dito, somente existem três unidades prisionais no Estado e a maioria das que estavam cumprindo na capital não tinha família próximo e por isso estavam assustadas com o que poderia acontecer com seus filhos após o sexto mês de vida deles (uma delas estava muito preocupada de seu filho não ficar com ela nem até os seis meses de vida por acreditar que na unidade prisional não havia condições e que talvez essa fosse a justificativa).

Mais da metade dessas mulheres grávidas (67%) encontrava-se pela primeira vez privada de liberdade, sendo certo que 100% delas não haviam cumprido medida de internação e/ou tido qualquer problema com a lei antes da maioridade.

O fato que 50% dessas mulheres foram e/ou passaram pela tentativa de abuso sexual quando ainda eram crianças, abaixo dos 11 anos, também é um dado que nos chamou atenção.

Com relação a tipificação penal, 66% respondem por tráfico de drogas e/ou organização criminosa.

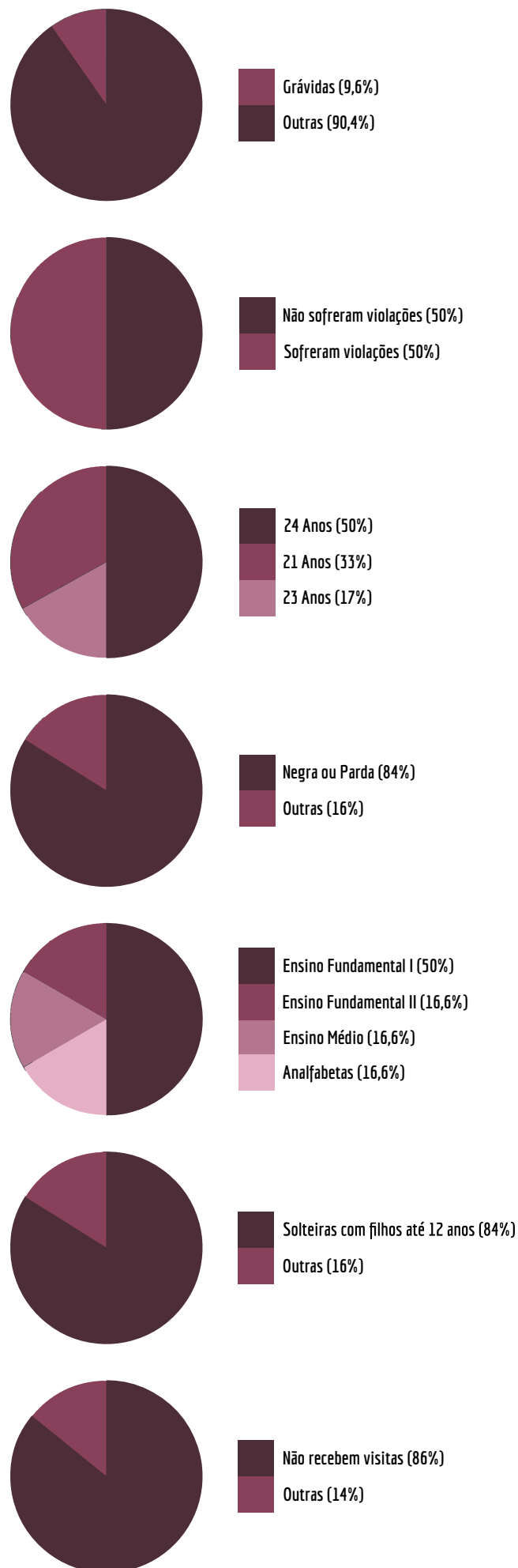


Gráfico 3

Todas elas relataram que a comida é péssima e que não parece haver qualquer preocupação com relação a outros nutrientes necessários para uma gravidez saudável, como salada, legumes, frutas e verduras. Desde o início da pandemia somente aquelas que possuem receita médica com orientação explícita acerca da necessidade desses alimentos, que possuem acesso aos mesmos.

De acordo com os instrumentos utilizados, com as respostas adquiridas e todo o trabalho de campo realizado, constata-se que o perfil das mulheres grávidas no Acre reflete o padrão social da criminalização e opressão, são jovens mulheres negras ou pardas, com menos de 25 anos, em sua maioria são réis primárias, com filhos menores de 12 anos, sem nunca terem passado pela audiência de custódia⁶, com baixa escolaridade e sem terem tido um trabalho formal

● CONCLUSÃO

As particularidades que as mulheres possuem e seus reflexos em situação de aprisionamento seguem sendo discutidas no âmbito da pesquisa do Sistema de Justiça Criminal. E com isso, nesse relatório direcionamos o olhar em uma direção específica desse grupo: as mulheres grávidas encarceradas.

Através de nossas observações empíricas e as informações demonstradas neste estudo, podemos afirmar a necessidade de uma atenção mais voltada para as mulheres gestantes presas no estado do Acre. Ressaltando que 100% das grávidas encarceradas são presas provisórias, não passaram pelo instituto da audiência de custódia e são, em sua grande maioria, réis primárias, é primordial destacar que a ausência desse instituto impede a garantia de seus direitos, ou seja, essas mulheres sequer tiveram a possibilidade de substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar, conforme determina a Lei de Primeira Infância (Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016) que modificou o art. 318 do Código de Processo Penal, adicionando três incisos e prevendo tal substituição.

O fato que 84 % das mulheres possuem filhos com menos de 12 anos, por si garantiria a possibilidade de substituição da pena, para além do estado gravítico, demonstrando a urgência na atenção à garantia de acesso à direitos dessas mulheres privadas de liberdade. Nesse contex-



to, observar que 84% das mulheres encarceradas grávidas no Acre são mulheres pretas ou pardas, demonstra como o racismo estrutural e institucional é também uma estratégia punitivista para determinar quais corpos são e serão inseridos no sistema de justiça criminal.

Assim, esperamos que esse estudo, além de trazer luz para um debate tão importante e sobre um grupo tão vulnerável, auxilie na justificativa para a elaboração de mais políticas públicas com foco e atenção nas mulheres grávidas encarceradas no Acre e estimule novas pesquisas que possam alcançar outras mulheres de todas as regiões do país

● NOTAS

1 - Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>. Acesso em 25/07/2021

2 - Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf. Acesso em 25/07/2021.

3 - Após as devidas autorizações, a Ouvidora Solene Costa me enviou um questionário elaborado por sua equipe, contendo mais de 110 perguntas, que apesar de muito completo, não sendo viável a sua aplicabilidade pela extensão. Dessa forma, o mesmo foi alterado para suprimir algumas perguntas e também para a inserção de outras questões que se faziam necessárias.

4 - Uma das entrevistadas havia ficado grávida há aproximadamente 3 meses dentro da unidade prisional, através da visita íntima com seu companheiro, porém estava escondendo

a gravidez para que não fosse obrigada a mudar de cela e ser transferida para a cela onde ficam as outras grávidas. A cela chamada de “berçário”, apesar de ser mais ampla, fica um pouco isolada das outras presas e para não se separar daquelas que se tornaram suas companheiras, estava escondendo a gravidez para que não fosse retirada de sua cela.

5 - Uma das expressões mais ditas ao longo de toda pesquisa e também uma forma de criminalização de mulheres no Estado foi: “colar”. Quando você está próximo e/ou tem amigos que possuem algum envolvimento com organizações criminosas, a pessoa é considerada parte por “colar” com essas referidas pessoas.

6 - Todas as grávidas estavam cumprindo prisão preventiva há mais de 4 meses e mesmo aquelas que se encontravam na Capital do Estado.

● REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Michelle. A nova segregação: racismo e encarceramento em massa. Trad. Pedro Davoglio. São Paulo: Boitempo, 2017.

ANDRADE, Bruna Soares Angotti Batista de. Entre as leis da Ciência, do Estado e de Deus. o surgimento dos presídios femininos no Brasil. 2011. 372 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. CRIMINOLOGIA E PRISÃO: caminhos e desafios da pesquisa empírica no campo prisional. Revista de Estudos Empíricos em Direito. Brazilian Journal of Empirical Legal Studies vol. 1, n. 1, jan 2014, p. 46-62

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: INFOPEN Mulheres 2016. 2. ed. Brasília, maio de 2018.

BRITTO, Mirella. O caldo na panela de pressão: um olhar etnográfico sobre o presídio para mulheres em Florianópolis. 2007. 152 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2007.

DO LAGO, Natália Bouças. Mulheres na prisão: entre famílias, batalhas e a vida normal. 2014. 108 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RODRIGUES, Luciana Boiteux de Figueiredo; FERNANDES, Maíra (Coord.). Mulheres e crianças encarceradas: um estudo jurídico-social sobre a experiência da maternidade no sistema prisional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Laboratório de Direitos Humanos da UFRJ, 2015.



Agradecimento em especial ao Fundo Frida, que através de um financiamento destinado a um evento em Paris no ano de 2020, não realizado devido as impossibilidades da pandemia e com o aumento do encarceramento feminino no Acre, nos proporcionou mudar nossa direção e trocamos Paris pelo Acre.



Realização:
Associação Elas Existem- Mulheres Encarceradas

Pesquisadora
Caroline Bispo

Revisão
Sandra Souza e Isabella Martins

Coordenação editorial
Nahyá Nogueira

Design
Filipe Nunes

Tradução
Daiane Bally e Handy Rosa

Realização:



Apoio:

